UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

LIMITES E POSSIBILIDADES DO CURRÍCULO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA ASSUNÇÃO DE MARCO

APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

LIMITES E POSSIBILIDADES DO CURRÍCULO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA ASSUNÇÃO DE MARCO

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestre Priscila Rezende Moreira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

FOLHA DE APROVAÇÃO

APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA

LIMITES E POSSIBILIDADES DO CURRÍCULO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA **ASSUNÇÃO DE MARCO**

mil e quir Especialist	e Conclusão d nze, como re a em Gestã pelos seguinte	quisito nec o Escolar,	essário par aprovado	ra a ob	tenção c	lo título de
onomanda.	poloc coguillo	o dadaaan				
	Prof. No	me completo	do Professo	or – Avali	ador	
	Prof ^a . Mest	re Priscila Re	zende More	ira– Orie	ntadora	
	Prof ^a . <i>F</i>	Aparecida Alv	es de Olivei	ra - Cursi	sta	

RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso- TCC intitulado "Limites e possibilidades do currículo do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria da Assunção de Marco" tem por intuito apresentar o processo de construção do PPP desta escola, sua reelaboração e importância para o processo de Gestão Democrática na comunidade escolar. Foca, sobretudo, em um dos eixos centrais para o processo de consolidação das finalidades da educação: o currículo. A abordagem leva em consideração as concepções de currículo que mais se aproximam da atual proposta educacional para o País. Por fim, apresenta uma análise sucinta deste eixo destacando seus limites e possibilidades no projeto da escola.

Palavras-chave: Currículo, Projeto Político Pedagógico, Gestão Democrática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
2. CURRÍCULO ESCOLAR: ALGUMAS DEFINIÇÕES	9
3. ANÁLISE DO EIXO CURRÍCULO NO PPP ESCOLA MUNICIPAL MARIA I ASSUNÇÃO DE MARCO	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	. 14
REFERÊNCIAS	. 16
ANEXO 1- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA ASSUNÇÃO DE MARCO	

INTRODUÇÃO

Nos anos de 2010 e 2011 a Escola Municipal Maria da Assunção de Marco (EMMAM) localizada na regional nordeste de Belo Horizonte passou por um processo de construção de seu Projeto Político Pedagógico-PPP.

Para a construção do referido PPP, a direção e a equipe de professores da escola se organizaram em grupos de estudos e, cada um destes, se responsabilizou por fazer as leituras indicadas pela equipe de gestão da escola e, posteriormente, apresentaram as conclusões e propostas para o coletivo dos profissionais da escola. Ao mesmo tempo, foram promovidos encontros com os demais segmentos da comunidade escolar (estudantes, pais, demais funcionários) para que os mesmos contribuíssem com a construção do PPP. Através de reuniões por segmentos e/ou coletivas e, ainda, de variados instrumentos de coleta de dados, foram promovidos estudos sistematizados, através de leituras diversas e busca constante de dados e informações importantes para o desenvolvimento do PPP. Após a elaboração final, o mesmo foi submetido à Assembleia Escolar para sua aprovação final. Naquele documento a escola expressa as intenções da comunidade escolar para a oferta de uma educação comprometida com a qualidade do ensino e com os princípios da inclusão e da gestão democrática.

Entendemos que o PPP é "um conjunto de ações e intencionalidades, pedagógicas e políticas, construídas nas relações sociais e históricas que se manifestam no espaço escolar; podendo significar rupturas ou coesões com o instituído; sendo assim dinâmico, implícito e não necessariamente explícito" (COSTA, 1997). Nesse sentido, a construção do PPP é um processo fundamental para a autonomia da escola. Está respaldado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), pela Constituição Federal (1988) e tem boa aceitação no contexto escolar.

Analisando o PPP da EMMAM percebe-se que seus vários eixos estão bem estruturados e é possível apreendê-los. No entanto, no eixo "Currículo" percebe-se que não há indicação de "como" desenvolvê-lo. Há muitos limites e possibilidades expressos no currículo que requerem um estudo mais aprofundado.

Estudar os limites e possibilidades do Currículo no Projeto Político Pedagógico da E.M. Maria da Assunção de Marco, como este trabalho de conclusão de curso se propõe, não é uma tarefa simples. Esse eixo chama a atenção do leitor interessado na temática por ser um eixo muito discutido na atualidade e por não ficar bem explicitado nesse documento da escola.

Percebe-se que o tema é um dos grandes nós do Projeto da Escola, pois muito se discute sobre sua importância, mas percebe-se, pelos registros, que só a partir de 2010 houve discussão coletiva do tema nesta escola.

A preocupação com o currículo não é algo novo, mas as indagações e desconfianças sobre ele na sala dos professores da EMMAM é bastante recente. Em linhas gerais, percebe-se que esse eixo não fica claro para o leitor que quer saber do currículo da escola, visto que apresenta mais da legislação nacional e municipal do que das propostas da escola. O tema currículo é bastante instigante, pois é a partir dele que a aprendizagem acontece.

Procurando entender o que é currículo a partir das considerações de autores como SACRISTAN (2000), VEIGA (1998), MOREIRA & CANDAU (2006), LOPES (2006), SANTIAGO (2006) e outros; as Proposições Curriculares da Prefeitura de Belo Horizonte (2010) e das Diretrizes Nacionais Curriculares Gerais para a Educação Básica (2013) pretende-se analisar neste texto como o PPP da EMMAM tratou do tema, seus limites e possibilidades para concretização de uma das principais funções da escola: promover a aprendizagem.

Partindo de uma visão geral do que seja o PPP e sua importância para a escola, este trabalho focará no tema currículo, explicitando algumas definições do que seja currículo e análise de como o tema foi tratado no documento da escola.

1. O PPP DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA ASSUNÇÃO DE MARCO

Construir um Projeto Político Pedagógico envolvendo toda a comunidade escolar não é tarefa fácil, considerando a escassez de tempo coletivo entre os atores da escola, mas pode ser uma tarefa facilitada quando há envolvimento e entusiasmo pela proposta.

De modo geral, como nos aponta OLIVEIRA (2010, p. 1),

[...] os professores e os gestores apresentam uma compreensão muito positiva do PPP, pois reconhecem sua importância no entendimento de qual seja a função social da escola e no estabelecimento de um trabalho pedagógico que promova a socialização da cultura, levando a comunidade local e escolar, especialmente os alunos, a se apropriarem do saber como um direito universal, já que a educação pode nos tornar mais humanos, mais atualizados historicamente e mais sintonizados com os problemas sociais do nosso tempo-espaço.

Tendo essa compreensão por parte dos professores e gestores, o caminho para a construção do PPP fica mais fácil, pois se pressupõe que sendo visto como um processo positivo, o envolvimento de todos pode ser mais possível.

Como nos aponta Oliveira citando Veiga (1996; 1998) "o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola". Sua base deve ser o da construção de processos de decisão democrático.

A sociedade passa por grandes transformações onde o acesso às tecnologias de ponta é cada vez mais facilitado e os educandos exigem cada vez mais articulação entre as ações da escola. Percebe-se que a aproximação entre os usuários da escola é cada vez mais constante e o diálogo deve ser a tônica na mediação das relações escolares.

Existem vários caminhos para construção do PPP, conforme nos aponta Veiga (1998, p. 2). Nesse processo a autora destaca três movimentos básicos denominados "Ato Situacional, Ato Conceitual e Ato Operacional." Para Veiga;

O objetivo do *Ato Situacional* é apreender o movimento interno da escola, conhecer seus conflitos e contradições, fazer seu diagnóstico e definir onde é prioritário agir.

No Ato Conceitual, a escola discute a sua concepção de educação e sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem, visando a um esforço analítico da realidade constatada no Ato Situacional, e vai definindo como as prioridades devem ser trabalhadas.

O como realizar as tarefas configura o Ato Operacional referese às atividades a serem assumidas e realizadas para mudar a realidade das escolas. Implica a tomada de decisão para atingir os objetivos e as metas definidas coletivamente.

Na EMMAM os percursos da construção do PPP não ficam explicitados, mas percebe-se que houve um grande movimento no sentido de fazer com que o Projeto fosse escrito com a participação de muitas mãos.

A primeira versão do PPP foi feita a partir de grupos temáticos: os eixos foram divididos em grupos de estudo e a cada encontro um grupo apresentava o resultado de suas pesquisas. Dialogava-se sobre o tema com os demais grupos. Ao final de cada encontro as propostas eram redigidas e inseridas no arquivo do PPP.

Para o processo de reelaboração foi adotada a dinâmica das rodas de conversa sobre os eixos do PPP e ao final de cada roda eram registradas as mudanças necessárias no documento. O eixo que tinha menos professores participando era o eixo "currículo" e isso chama a atenção em função de ser um tema que é a base do fazer pedagógico. Partindo dessa constatação é interessante entender o que seja o currículo, percebe-se que no PPP da EMMAM não há clareza sobre esse assunto.

2. CURRÍCULO ESCOLAR: ALGUMAS DEFINIÇÕES

O currículo da escola, de acordo com PPP da EMMAM, se baseia nas proposições curriculares da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. Percebe-se que essas Proposições propõem às escolas uma organização curricular centrada no desenvolvimento de competências nos educandos. Como nos mostra LOPES (2006, p. 47),

A organização curricular com base nos objetivos comportamentais, a estruturação curricular com base nas competências e o planejamento do currículo com base na divisão de tarefas fazem parte da mesma lógica que engendra mecanismos de controle do trabalho docente e discente, de forma a garantir a eficiência e a eficácia do sistema de ensino.

Muitas são as teorias em torno do currículo: teorias tradicionais, teorias críticas e pós-críticas. Muitos são os relatos e avaliações de propostas curriculares aplicadas em várias cidades brasileiras com pontos de sucesso e de fracasso como, por exemplo, as propostas da Escola Plural de BH, Escola Cidadã de Porto Alegre, Escola Candanga de Brasília, Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no Rio de Janeiro. (MOREIRA, 2000, p. 119).

O termo currículo, conforme Rocha (2014, s/p) "foi encontrado em registros do século XVII, sempre relacionado a um projeto de controle do ensino e da aprendizagem, ou seja, da atividade prática da escola." Atualmente, segundo o autor o currículo é,

[...] um conjunto de experiências, vivências e atividades na escola convergentes para objetivos educacionais, e, por isso, estas devem ser trabalhadas de forma inter-e-transdisciplinar de forma a facilitar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Ainda, Sacristan (2000, p. 173) afirma que:

O currículo é muitas coisas ao mesmo tempo: ideias pedagógicas, estruturação de conteúdos de uma forma particular, detalhamento dos mesmos, reflexo de aspirações educativas mais difíceis de moldar em termos concretos, estímulo de habilidades nos alunos, etc.

.

Nesta mesma linha de pensamento, Moreira e Candau (2006, p 23) definem currículo como "Um conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais". E complementam com a definição de MOREIRA & SILVA (1994, p.27):

O currículo é, por consequência, um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade do (a) estudante. Currículo refere-se, portanto, a criação, recriação, contestação e transgressão.

A partir do cenário posto acerca do currículo e analisando o PPP da EMMAM, podem-se explicitar algumas questões. Quais são os limites para a consolidação do currículo tal como posto no PPP e, ainda, quais são as possibilidades de se alcançar os objetivos escolares?

Em linhas gerais tudo que acontece nessa escola faz parte de seu PPP e de seu currículo. Não existe escola sem currículo e sem PPP. Mesmo sendo explicitado só em 2011 em um documento amplamente discutido em sua comunidade, o PPP já existia desde a origem da escola no Bairro. Fato esse, que envolveu toda a comunidade e sua concepção de escola, direito educacional e luta pelo direito a uma escola próxima de casa. No entanto, percebe-se que o alinhamento coletivo desse PPP só acontece quando o coletivo da escola juntamente com todos os segmentos da comunidade escolar se propõe a fazê-lo.

Pode ser que não haja um documento escrito, mas o PPP está ali intermediando todo o processo pedagógico da escola e o currículo é um dos eixos do PPP que mais deveria preocupar os professores e gestores escolares, pois o currículo seja o formal e/ou oculto é capaz de realizar transformações na vida do estudante.

3. ANÁLISE DO EIXO CURRÍCULO NO PPP ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA ASSUNÇÃO DE MARCO

Esse eixo, Currículo, é tratado como uma tarefa de grande responsabilidade para a escola, principalmente pelo fato de se ter a consciência de que o currículo não é neutro, é carregado de valores e pressupostos que é preciso entender.

Santiago (2006, p. 75), diz que é importante estar atendo ao "efeito do currículo, o que ele causa, o que ele diz, o que ele é capaz de fazer". Neste sentido, quando se pensa em currículo é preciso estar atento a que sujeito se quer formar, que conhecimentos serão priorizados. Muitas vezes, há disputas entre os docentes por pensarem o currículo de forma isolada e hierarquizada em disciplinas.

Segundo o documento do PPP da EMMAM (2014, p 11), a elaboração da proposta curricular da escola é baseada na legislação vigente e nas Proposições Curriculares da Rede Municipal de Belo Horizonte, que traz o currículo oficial para a escola. A partir do currículo oficial, a escola passa para a construção de seu currículo tentando atenar para as questões específicas da escola.

O texto do Eixo sobre Currículo segue falando do artigo 9º inciso IV da LDB que trata da obrigação dos Estados, Distrito Federal e os municípios de estabelecerem competências e diretrizes para a Educação Básica que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos. Faz referência ao Art. 26 da mesma lei e traz um pouco do histórico da proposta curricular implantada na rede municipal de Belo horizonte, a escola Plural.

Baseando-se em Miguel Arroyo, o eixo tem como norte a valorização do ser humano em sua totalidade. Na sequencia introduz-se as "Proposições Curriculares da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte" que, segundo o texto:

[...] trazem várias reflexões sobre o currículo a ser desenvolvido no 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Fundamental visando orientar o planejamento e o trabalho pedagógico das escolas municipais, consequentemente o da EMMAM."(PPP EMMAM, 2014, P.11)

O eixo fala da função da escola, o que é preciso fazer enquanto proposta curricular, aonde se quer chegar com os educandos, que tipo educação será oferecido pela escola e cita a importância do estudo de temas transversais, no entanto não aponta as estratégias para esse fazer.

Percebe-se que esse eixo, embora enfatizando que se baseia na legislação nacional e municipal, não menciona sua concepção de currículo, não traz a dimensão do educar cuidando tão caro nas diretrizes nacionais 2013 e não aponta qual é de fato o currículo da escola e como ele será trabalhado. Deixa um vácuo entre a legislação e qual é de fato o currículo da escola. Percebe-se que os objetivos do currículo na escola não são explicitados. Qual currículo? Para qual aluno? Como seguir as diretrizes curriculares nacionais no que diz respeito a um currículo para o Educar e Cuidar? Como nos aponta as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2013, p. 20),

Educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do Planeta. Educar é, enfim, enfrentar o desafio de lidar com gente, isto é, com criaturas tão imprevisíveis e diferentes quanto semelhantes, ao longo de uma existência inscrita na teia das relações humanas, neste mundo complexo. Educar com cuidado significa aprender a amar sem dependência, desenvolver a sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro e com tudo o que existe, com Zelo, ante uma situação que requer cautela em busca da formação humana plena.

Há muitos limites que precisam ser transpostos na escola para que o currículo cumpra sua função de formação humana tal como é proposto nos documentos da LDB, Diretrizes Nacionais e PPP da escola: os professores precisam estar mais bem preparados para a sala de aula dos tempos atuais, a capacidade de mediar os conflitos das relações de sala de aula com os estudantes e colegas de trabalho é demanda constante, a gestão precisa estar bastante alinhada com os princípios da gestão democrática, os tempos e espaços escolares exigem uma nova organização, um novo fazer pedagógico que não foi aprendido nos bancos da faculdade das licenciaturas e como nos aponta Ribeiro et. al, (2005, p. 232):

Os recursos investidos na educação não são suficientes para gerar condições essenciais para o aperfeiçoamento do trabalho

pedagógico das escolas: estabilidade das equipes docentes, disponibilidade para o trabalho em equipe, melhores proporções entre o número de professores e alunos, enriquecimento e diversificação dos materiais educativos, complementação de renda para as famílias de alunos em situação de pobreza.

Percebe-se que fazer um diagnóstico do aluno para entender suas características e traçar um plano de ação com esse estudante é uma necessidade para a proposição curricular da escola. Promover uma maior capacitação dos professores e levá-los a compreender que é preciso quebrar alguns paradigmas para lidar com os alunos atuais. Como nos aponta o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2013, p. 25),

Os estudantes, entre outras características, aprendem a receber informação com rapidez, gostam do processo paralelo, de realizar várias tarefas ao mesmo tempo, preferem fazer seus gráficos antes de ler o texto, enquanto os docentes creem que acompanham a era digital apenas porque digitam e imprimem textos, têm *e-mail*, não percebendo que os estudantes nasceram na era digital.

Como se percebe, há muitos limites para serem transpostos no currículo da escola. Há, por outro lado também, muitas possibilidades: o acesso a curso de formação continuada para professores em nível de qualificação, especialização e mestrado profissional está sendo cada dia mais facilitado como, por exemplo, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa- PNAIC¹, Rede de formação da Secretaria Municipal de Educação, laboratórios de aprendizagens promovidos pelas faculdades. O reconhecimento da importância do PPP por parte de todos os atores envolvidos com a proposta de uma gestão democrática na educação nos aponta caminhos para a construção de um currículo para a escola que atenda de fato sua comunidade.

_

¹ O Pacto é um compromisso dos governos com a alfabetização das crianças até os oito anos de idade. (MEC, 2015)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir o Projeto Político Pedagógico por meio do diálogo entre todos os segmentos da comunidade escolar não é tarefa fácil e deve ser encarado como uma atividade ímpar para cada escola. Nenhum processo de construção de PPP é igual ao outro como se percebe na história de construção do PPP da EMMAM e sua reelaboração. Um processo pode complementar, refletir, acrescentar o outro, mas não o repete. Normalmente os sujeitos são outros e se não são, suas experiências são ampliadas de um processo para outro. Novos sujeitos, novas experiências, novos projetos. Tudo isso dever ser refletido na escola e contemplado em seu PPP.

Conduzir os processos para que tenham como princípio a Gestão Democrática é uma das prerrogativas para o diretor e toda a equipe de gestão da escola que devem estar atentos às demandas atuais da educação cujas diretrizes apontam para o desenvolvimento de ações cada vez mais coletivas, participativas e dialógicas.

Para definir o Eixo Currículo no PPP, além de se levar em conta as Diretrizes Nacionais e legislações específicas como enfatiza o documento da escola, fazse necessário atentar-se para a especificidade da comunidade escolar, para as intenções pedagógicas. O currículo não é neutro e reflete o tipo de sociedade que se quer formar como apontam SILVA (1994) e SANTIAGO (2006).

As escolas de modo geral tem tido "dificuldades para tornar os conteúdos escolares interessantes pelo seu significado intrínseco" (BRASIL, 1996). Isso representa um dos grandes limites para a concretização do currículo escolar. No entanto, a abertura para a Gestão democrática na Educação representa uma das grandes possibilidades para a efetivação de uma proposta curricular que atenda às diretrizes nacionais, às Proposições Curriculares da Rede Municipal de Belo Horizonte e aos anseios da comunidade escolar expressos no Projeto Político Pedagógico da EMMAM.

O eixo currículo no PPP EMMAM não aponta para a importância da seleção dos conteúdos e sua forma de organização, mas aponta para a importância de se pautar na legislação vigente. Pressupõe-se que, ao pautar-se na legislação

Nacional e Municipal, a escola estará sempre atenta à necessidade de diagnosticar sua realidade, dialogar com a comunidade e executar sua proposta de educação coerente com o princípio da educação de qualidade para todos, que cuida ao educar e educa ao cuidar.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. SMED/PBH. **Proposições Curriculares da Rede Municipal de Belo Horizonte.** Desafios da Formação - Proposições Curriculares do 1º, 2º E 3ºciclos - BH, 2009.

BRASIL. Constituição Federal. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei N. 9.394/96. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 18/01/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília. 2013. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em 19/01/2015.

COSTA, C. O. O Processo de Construção de Projetos Político-Pedagógico no Espaço Escolar e suas Implicações na Democratização da Gestão: Um estudo de caso no município de Contagem-MG. Dissertação (Mestrado e Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Grais. Belo Horizonte, 1997. 376p.

LOPES, Alice Casimiro. Discurso nas Políticas de Currículo. RJ: **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em: 19/01/2015.

MOREIRA, A. F. B. **Propostas curriculares alternativas:** limites e avanços. Educação & Sociedade, Campinas, v. 21, n. 73, 2000.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do(org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007, 48 p.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político- pedagógico (PPP) da escola.** 2010. Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 17/01/2015.

RIBEIRO, Vera Masagão, RIBEIRO, Vânia Mendes & GUSMÃO, Joana Buarque de. Indicadores de qualidade para a mobilização da escola. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 227-251, jan./abr. 2005. Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 17/01/2015.

ROCHA, Arlindo Nascimento. Currículo Escolar : Uma visão histórica da evolução do conceito de Currículo Escolar . 2014. Disponível em: http://www.webartigos.com/artigos/curriculo-escolar-uma-visao-historica-da-evolucao-do-conceito-de-curriculo-escolar/123546/. Acesso em 19/01/2015.

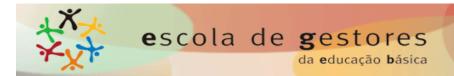
SACRISTAN, J. Gimeno. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SANTIAGO, Eliete. Formação, currículo e prática pedagógica em Paulo Freire. In: **Formação de professores e práticas pedagógicas**. Organizadores: José Batista Neto, Eliete Santiago. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

SANTOS, L. L. C. P.; MOREIRA, A. F. **Currículo:** questões de seleção e de organização do conhecimento. Ideias, n. 26, 1995.

VEIGA, Ilma Passos (org.). **Projeto Político Pedagógico da escola:** uma construção coletiva. In: Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

ANEXO 1**- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL** MARIA DA ASSUNÇÃO DE MARCO.



PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA EMMAM

APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA LEILA MARIA FONSECA

BELO HORIZONTE, 2014

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA EMMAM

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Jeanne Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	5
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	7
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	9
3. CURRÍCULO	11
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	13
5. PROCESSOS DE DECISÃO	15
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	17
7. AVALIAÇÃO	19
7.1 Avaliação dos estudantes de 1º, 2º e 3º ciclos	19
7.2 Avaliação Institucional	21
7.2.1 Avaliação de Desempenho	21
7.2.2 Avaliação da Gestão Escolar	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	24

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Maria da Assunção de Marco (EMMAM), localizada na Rua Ana Horta, número 98, Bairro Goiânia, Belo Horizonte foi criada em 30 de dezembro de 1992, conforme Decreto Municipal Nº 7.518. Compõe, juntamente com cerca de 180 escolas, a rede municipal de ensino de Belo Horizonte. Segundo dados expressos em seu Projeto Político Pedagógico (2011. P.6), a escola "segue orientações da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED-BH) para compor seu quadro de funcionários e para desenvolver o seu trabalho político pedagógico".

A EMMAM, conforme histórico expresso em seu PPP (2011, p. 6), tem em suas bases o princípio da gestão democrática. A construção da escola no bairro Goiânia tem como marco o processo de Orçamento Participativo da Prefeitura de Belo Horizonte. A escola foi uma conquista da comunidade que se mobilizou para que suas crianças não tivessem que continuar sendo transportadas até o bairro Santo Antônio para ter o direito à educação garantido. Por meio do voto, a comunidade elegeu entre várias, a obra que seria prioridade da PBH em 2002. Em 2003, a escola é instalada em prédio próprio, após mais de dez anos funcionando no Prédio da Faculdade de Filosofia e Letras no Bairro Santo Antônio. De acordo com o PPP EMMAM (Belo Horizonte, 2011, P.6) a escola foi criada.

para atender, inicialmente, turmas das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental, funcionando como anexo da Escola Municipal Honorina Rabelo. Através da Lei nº 6404 de 26/10/1993 o então Prefeito Patrus Ananias, altera o nome de Escola Municipal do Bairro Goiânia para Escola Municipal Maria da Assunção de Marco. Em 1994, a EMMAM passa a atender, também, estudantes das quatro séries finais do Ensino Fundamental.

A escola funcionou, de fevereiro de 1993 até outubro de 2002, no Prédio do Centro Educacional Artur Versiani Velloso (CEPAVV), enquanto aguardava-se a construção de sua sede atual à Rua Ana Horta 98, região nordeste da cidade. Naquela época, os estudantes eram transportados de ônibus do Bairro Goiânia até o CEPAVV, localizado no bairro Santo Antônio, região Centro Sul, onde funcionava a Secretaria Municipal de Educação.

Atualmente a EMMAM atende estudantes do Ensino Fundamental de 1º, 2º, 3º ciclos e Projeto Floração em três turnos de funcionamento (manhã, tarde e

noite). De 2009 a 2012, a escola ofereceu turmas de Educação de Jovens e Adultos. De 2010 a 2012 atendeu estudantes no Projeto Entrelaçando. Segundo Oliveira (2010 apud VEIGA 1996, p.2) o PPP,

deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola.

Neste sentido, corroborando com a reflexão desses autores e com os desafios que são postos à escola cotidianamente - desafios esses que vão além dos limites da escola, pois envolve outras instituições tão complexas quanto a escola, como por exemplo, a família, o Estado de direito e as novas configurações da sociedade contemporânea – faz se necessário rever o PPP da EMMAM.

Com esse processo de revisão, reelaboração pretende-se tratar a escola para além de suas condições historicamente determinadas, tratá-la como uma instituição social. Nesse sentido, como aponta Azevedo (2010, p.2):

é preciso considerar que, na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidos pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis e funções distintos: grupo de gestores, professores, alunos, funcionários, pais, comunidade. De um lado, esses ritos e práticas possuem uma direta vinculação com a história da escola, com as características da comunidade em que se insere, com as formas de percepção da realidade dos que a fazem e das relações que estabelecem entre si. De outro lado, é a institucionalização daquelas práticas que torna a escola uma instituição social, forjando as regras pelas quais ela exerce os seus papéis fundamentais: criação e transmissão de saberes, socialização dos futuros cidadãos, desenvolvimento de competências profissionais, tudo de acordo com seus limites e possibilidades.

Esta reelaboração pretende reforçar o que Veiga (1995, p.110) aponta sobre o PPP:

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela.

Com esse trabalho de reelaboração do PPP da EMMAM pretende-se explicitar os anseios da comunidade escolar por uma escola pública de qualidade que contemple todos os princípios de uma gestão democrática e inclusiva.

Por meio de reuniões e assembleias com todos os segmentos da comunidade escolar, pretende-se constituir comissões diversas para explicitação e análise das demandas atuais da escola no que se refere às fragilidades que tem impedido avanços nos processos pedagógicos, administrativos e financeiros da escola.

Após explicitação e análise dessas demandas serão elaboradas as metas, ações e estratégias para fazer com que a escola avance em todos os seus processos e seu PPP reelaborado será apresentado para aprovação da Assembleia escolar.

1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

A EMMAM tem como norte na definição de suas finalidades educativas a Constituição Federal (BRASIL, 1988), os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º9394/96 e a Carta de Princípios da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (2001). Nessa carta, a RME-BH estabelece que é Função da Escola:

- Garantir o direito à formação global e continuada do ser humano, considerando as dimensões crítica, social, política, ética, ambiental, estética e cognitiva, possibilitando ao educando conhecer e intervir na realidade social.
- · Instrumentalizar o aluno para que seja sujeito de sua própria formação.
- · Garantir a aprendizagem de múltiplas habilidades e conteúdos que são necessários à vida em sociedade para o aluno compreender a realidade de que faz parte, situar-se nela, interpretá-la, criticá-la e contribuir para sua formação, sem a exclusão de seus benefícios.
- Garantir meios para a permanência do aluno no espaço escolar, combatendo toda forma de exclusão.
- · Incluir alunos portadores de necessidades especiais, respeitando suas diferenças e oportunizando seu desenvolvimento.
- · Ser agente de inclusão ao aluno na sociedade.
- · Propor e desenvolver políticas diversificadas e concebidas de social.
- Respeitar os direitos fundamentais e os ritmos diferentes de desenvolvimento.
- · Propiciar acesso às tecnologias modernas de comunicação, inserindo o aluno em sua contemporaneidade.

- Efetivar condições e possibilidades de acompanhamento e participação dos pais ou responsáveis e da comunidade em geral no processo educacional.
- Fortalecer as instâncias de participação: colegiados, grêmios, conselhos, etc.

A LDBEN (9394/96) no artigo 2º estabelece que a educação é dever da família e do Estado. Neste sentido, a EMMAM busca estabelecer parceria entre a família e a escola com o intuito de melhorar os resultados de suas ações educativas. Esta mesma Lei, conforme PPP da EMMAM (2011, p.8), afirma que:

a educação oferecida pela Escola deve ter como objetivo principal articular a educação escolar com a vida social, oferecendo condições de progressão nos estudos e, consequentemente, na vida profissional.

A escola busca em seu trabalho diário dialogar com outros espaços educativos da cidade. Por meio de projetos específicos, os estudantes são incentivados a compreenderem o significado de cidadania e a se portarem como cidadãos. Com possibilidades de fazer escolhas e com a responsabilidade de arcar com o resultado de suas escolhas, os estudantes vivenciam por meio desses projetos os conteúdos disciplinares de forma articulada com a vida em sociedade.

Sobre as finalidades da educação no PPP EMMAM (2011, p.10), é expresso a preocupação com a questão da educação inclusiva:

não é possível deixar de mencionar o trabalho com a inclusão, tanto social, quanto da pessoa com necessidades educacionais especiais. A legislação educacional brasileira garante à pessoa com deficiência acesso e permanência em igualdade de condições no ensino regular, além da oferta de serviços de apoio especializado.

Comparando o que diz a legislação federal e municipal pode-se perceber que existe consonância nas orientações. Na legislação municipal, porém, as orientações são mais detalhadas no que se refere à inclusão social. Pretendemos que na "EMMAM", a inclusão social seja encarada como um processo contínuo de mudança de concepção, com objetivo de promover a equidade social.

Percebe-se que o acesso de inclusão da pessoa com deficiência na EMMAM já está consolidado. A EMMAM apresenta boas condições em sua rede física, com rampas e banheiros adaptados, materiais pedagógicos e funcionários de apoio. No entanto, a inclusão no que diz respeito ao trabalho cotidiano da escola ainda precisa ser pauta de formação. Lidar com o diferente nem sempre é uma situação tranquila na escola e isso gera conflitos diversos.

De acordo com o PPP EMMAM (2011, p 10), a escola está comprometida com essa questão:

Ainda temos muito que trabalhar, mas nosso compromisso é o de garantir que cada nova necessidade impulsione novas ações. Questionar, recomeçar será o nosso ponto de partida, pois acreditamos que para fazer é preciso estar disposto a descobrir sempre uma nova forma de agir.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A EMMAM é composta por cinco edificações: uma para abrigar a estrutura administrativa da escola e centro cultural, outra para as salas de aula, outra para cantina e laboratório, outra para lanchonete e outra para o ginásio esportivo.

Os edifícios que abrigam o centro cultural e laboratórios são compostos por dois andares, o das salas de aula possuem três andares e os demais apenas um andar.

A escola possui 12 salas de aula, uma sala de dança, uma sala de atendimento ao Programa Saúde na Escola, um laboratório de ciências e um laboratório de informática, uma biblioteca, um auditório, uma cantina com refeitório, uma lanchonete, duas salas de coordenação, uma secretaria, uma sala de professores, uma sala de caixa escola, uma sala de direção, 20 banheiros e estacionamento.

Para as oficinas do Programa Escola Integrada a escola conta com duas casas alugadas. Uma localizada à Rua Ana Horta 65 e outra na mesma rua no número 101.

A escola possui mobiliário adequado para atender a demanda atual dos estudantes. Todas as salas possuem lousa branca, conjuntos de carteiras escolares novos, cortinas, ventiladores, armários para os docentes e algumas salas possuem TV e DVD. A sala de dança é equipada com espelho, piso em paviflex, caixa de som multifuncional, ventilador e mini jump. O laboratório de

ciências é equipado com banquetas, kit de ciências, lousa branca, bancadas adequadas para a realização de experiências. No pátio há bancos estilo praça em marmorite e conjuntos de mesa e banquinhos adequados para jogos como xadrez, damas e cartas. A biblioteca possui vários pufes, tapetes coloridos, mesas redondas e cadeiras, cantinho da leitura com estantes atrativas aos pequeninos, estante com 35 espaços individuais para mochilas e dois computadores com acesso à internet.

O auditório possui 60 assentos, ventiladores, cortinas escuras, notebook com acesso à internet, mesa de som, DVD e data show. O laboratório de informática possui 15 computadores e uma mesa redonda com cadeiras. A sala dos professores, direção, coordenação, secretaria e caixa escolar possuem mesas, cadeiras, computadores, armários, impressoras e escaninho.

A EMMAM atende atualmente, vinte e cinco turmas de ensino fundamental. Dessas, Seis turmas são de 1º ciclo, cinco de segundo ciclo, onze de 3º ciclo e três do Programa Floração somando setecentos e dez estudantes distribuídos entre os turnos diurno e noturno. Nesse número inclui oito estudantes com necessidades especiais que são acompanhados pela equipe de atendimento Educacional Especializado da PBH e por auxiliares de apoio à inclusão.

O Programa Escola Integrada - PEI atende cerca de 360 estudantes e o Programa Escola Aberta - PEA recebe uma média mensal de 1800 participantes. Esses programas contam com oficinas dos macrocampos da Educação Integral do Ministério da Educação e oficineiros com regimes de contratos diferenciados.

Com esses dois programas pode-se dizer que a escola funciona de segunda a segunda.

O PEI, de acordo com o PPP EMMAM (2011, p. 10),

tem como objetivo ampliar a carga horária dos estudantes na escola, promover uma formação educacional diferenciada no contraturno das atividades regulares dos estudantes que participam do PEI e, ao mesmo tempo, promover maior interação da escola com a comunidade. Para a escolha das oficinas que compõem a matriz curricular do Programa Escola Integrada, são consideradas atividades que contemplam os temas transversais dos Parâmetros Curriculares (música/ educação para o trânsito/ meio ambiente / esporte e outros).

Esses dois programas são importantes para efetivar a política de atendimento integral da rede municipal de educação do município e possibilita maior integração entre escola-família-comunidade.

A EMMAM, por meio de projetos de imersão cultural, se preocupa em oferecer oportunidades para os estudantes vivenciarem situações culturais diversificadas. Neste sentido, são inseridos nos planejamentos de cada turma atividades voltadas para o teatro, cinema, museus, parques, estádios e outros. A escola possui sete coordenadores, sendo três de turno e quatro pedagógicos e é acompanhada pela equipe de monitoramento da Gerência de Educação Gered-ne. recebendo visita semanal das Acompanhantes Pedagógica e de inclusão e do acompanhante da Escola Integrada dessa gerência.

A equipe administrativa da EMMAM é formada por um diretor, um vice-diretor, um gestor administrativo, uma secretária, três auxiliares de secretaria, uma professora em readaptação funcional atuando na secretaria, duas na biblioteca um na coordenação e uma monitora do Programa Saúde na Escola.

A equipe de funcionários contratados pela Caixa Escolar para desempenhar as funções de portaria, vigilância, limpeza, cantina e mecanografia é composta por 30 pessoas. Esses profissionais "têm suas atribuições definidas conforme exigências da CLT e da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, de acordo com a função para a qual foi selecionado" (PPP EMMAM, 2011, p.19). De acordo com o PPP EMMAM (2011, p.19),

a EMMAM entregou à secretaria Municipal de Educação o Regimento Escolar elaborado a partir do Documento Referência resultante dos vários Seminários de Alinhamento ocorridos ao longo desse ano. O Regimento traz os Princípios e Fins da Educação, os objetivos gerais da escola sua estrutura organizacional bem como a organização da convivência escolar com os direitos, deveres e proibições de todos os participantes da comunidade escolar. O Regimento trata também das Instâncias Deliberativas da Escola, da organização Pedagógica, dos Registros, Escrituração e Arquivos Escolares.

Esse regimento foi devolvido para a escola em 2012, revisto em 2013 e devolvido para a SMED, mas ainda não foi colocado em prática por falta de regulamentação. A escola aguarda o retorno da SMED, para colocar em prática tal regimento, embora muitas de suas normas e regras já sejam praticadas no cotidiano escolar.

2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica

As proposições das políticas educacionais na área de gestão escolar apontam, que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica" (LDBEN 9394/96,12).

Para a elaboração da proposta pedagógica deve-se, como afirma Ribeiro apud Padilha (2001, p.102) considerar que:

a participação dos(as) educando(as) e sua relação com o(a) educador(a) são de extrema importância do conhecimento, pois a relação pedagógica na escola e na sala de aula deve considerar a dialogicidade (...) e a ação pedagógica permanentemente reflexiva do educador e da educadora no seu trabalho diário com seus alunos e alunas.

Na EMMAM a estrutura pedagógica é pensada para atender esses princípios e proposições mesmo que parte da estrutura pedagógica não contribua muito para isso. A organização do quadro da escola é feita seguindo as orientações da SMED e, na medida do possível, atendendo aos anseios da comunidade escolar. As turmas de primeiro ano são formadas basicamente por estudantes encaminhados via Cadastro Escolar e as turmas de sétimo ano são em sua maioria provenientes da E.M. Honorina Rabelo.

O corpo docente é formado por coordenadores e professores em sua maioria com formação superior: graduação, pós-graduação e mestrado. A carga horária docente é de 22 horas e trinta minutos por turno. A maioria dos docentes possuem duas jornadas de trabalho.

A Função de direção exige dedicação exclusiva, com uma jornada de 40 horas de trabalho por semana intercalada nos três turnos de atendimento da escola.

O trabalho pedagógico da escola é monitorado por uma acompanhante da Gered-ne e o Programa Floração é monitorado por uma coordenadora pedagógica da SMED.

Para atender ao primeiro e segundo turnos há quatro coordenadoras pedagógicas e duas de turno. Para atender ao noturno há apenas uma coordenadora de turno e uma coordenadora pedagógica que atende a EMMAM e mais três escolas da regional Nordeste.

A proposta pedagógica visa envolver o estudante em todas as ações da escola. Os estudantes sempre são informados de seu desempenho escolar e são convidados a participar de reuniões da turma e da entrega do boletim aos pais. Há processos de recuperação e as avaliações internas e externas começam a ganhar sentido para os alunos e para a escola.

EM 2014, a escola está participando da Olimpíada Brasileira de Astronomia, Olimpíada Brasileira da Língua Portuguesa e Olimpíada Brasileira de História. Em nível municipal, a escola participa dos projetos da SMED voltados para o segundo e terceiro ciclo: Jovem, Jornada Literária, Gincamat e Feira de Ciências e tecnologias.

As famílias são incentivadas a participarem do Fórum Família Escola realizado pela SMED. Cerca de quatro representantes da escola participam deste fórum que tem duas edições anualmente.

Outro mecanismo de aproximação das famílias desenvolvido pela escola são as festas e momentos de reuniões de turmas. Todo ano acontece a Festa Junina e a Festa da Família. Trimestralmente são realizadas reuniões de turmas para avaliação dos resultados das turmas.

A escola desenvolve parcerias com o Programa de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e Adolescentes e com a Polícia Militar-PM. Cerca de 60 estudantes participam do Programa de enfrentamento às drogas da PM anualmente.

No período de férias, a escola oferece o Programa Escola em Férias com atividades diversificadas e alimentação para as crianças de 06 a 14 anos durante os meses de janeiro e julho.

Na EMMAM, a transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade é valorizada, buscando garantir a todos os educandos do Ensino Fundamental os conhecimentos sociais das várias disciplinas, os valores, os comportamentos e as atitudes que lhes permitem compreender, transitar e intervir no mundo em que vivem de forma consciente e crítica. A EMMAM tenta garantir ao aluno, Como aponta Leandro & Platt (2014, p. 165), "um processo de desenvolvimento enquanto cidadão".

Em 2009, a EMMAM iniciou suas atividades da Escola Integrada, oportunizando novos saberes incorporados ao currículo escolar. As diversas oficinas são oferecidas aos estudantes no contra turno de estudo dos mesmos.

Tais saberes trazem, principalmente, a marca da cultura popular tais como capoeira, grafite, dança, canto, música, teatro. Os estudantes ainda têm o período de reforço escolar para ajudá-los na realização das atividades do Para Casa, além das aulas de informática.

As experiências curriculares vivenciadas pelos estudantes da Escola Integrada são registradas na chamada Matriz Curricular do Programa, conforme as oficinas que são oferecidas em cada mês e ano segundo o calendário escolar.

3. CURRÍCULO

A escolha do currículo a ser trabalhado na escola é uma tarefa de grande responsabilidade, pois o currículo não é neutro, vem sempre carregado de valores e pressupostos que, como aponta Scheibe & Aguiar (2014. p.17) é preciso decifrar.

Na EMMAM, "a elaboração do currículo de todos os ciclos e modalidades de ensino, é baseada na legislação vigente no país e nas Proposições Curriculares da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte de 2010". (Belo Horizonte, 2011, p.23)

A LDBEN nº 9394/96 determina em seu art. 9º, inciso IV que os "Estados, o Distrito Federal e os municípios devem estabelecer competências e diretrizes para a Educação Básica que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos". No Art. 26, a LDB determina que o currículo do Ensino Fundamental deve ter uma base nacional comum, complementada por uma parte diversificada, que contemple as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Em Belo Horizonte, segundo Moreira (2000, p. 122), os autores da "Escola Plural", apresentaram uma proposta curricular inspirada no currículo espanhol vigente e sugeriram a inserção de temas contemporâneos de apelo social, ultrapassando-se os campos específicos das diferentes áreas do conhecimento escolar. Os chamados eixos transversais perpassariam as diferentes disciplinas, dotando-as de valor social.

Segundo Arroyo (2008, p. 56), é preciso propor resolver em primeiro lugar algumas questões:

[...]como a organização curricular condiciona a organização da escola e por consequência do nosso trabalho? [...]que organização dos currículos e da escola tornará nosso trabalho mais humano? [...] que lógicas, concepções e valores regem ou legitimam essa organização? [...] São igualitárias, democráticas, inspiradas no referente político da garantia do direito de todos ao conhecimento, à cultura, à formação como humanos? [...] São lógicas que permitem a humanização do trabalho dos profissionais das escolas? [...] que igualam ou hierarquizam os docentes?

Segundo este autor, é preciso levar em consideração tais questões na prática educacional, reagindo à condição de "aulistas" para investir, cada vez mais, na valorização do ser humano em sua totalidade.

Ao longo de 2007 e 2008, foram construídas as "Proposições Curriculares da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte", em consonância com a legislação federal (LDBEN nº9394/96) e os pressupostos vigentes definidos pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Estas proposições curriculares trazem várias reflexões sobre o currículo a ser desenvolvido no 1°, 2° e 3° Ciclos do Ensino Fundamental visando orientar o planejamento e o trabalho pedagógico das escolas municipais, consequentemente o da EMMAM. Segundo as Proposições Curriculares de Belo Horizonte (Belo Horizonte, 2009, p 5),

a função da escola é desenvolver uma proposta curricular que leve os estudantes a atingir patamares mais organizados de conhecimento complexo e de processos complexos de conhecimento, favorecendo a sua participação e inclusão nas discussões e busca de respostas para as questões de seu tempo e de sua idade, de sua sociedade, desse mundo, de agora.

Dessa forma, estas Proposições Curriculares foram elaboradas com o objetivo de garantir a todos os educandos o direito aos conhecimentos sociais das várias disciplinas, aos valores, aos comportamentos e às atitudes que lhes permitam compreender e transitar no mundo. Ou seja, o direito à educação, o direito a viver as experiências escolares de aprendizagem e formação.

Trazem, portanto, o pressuposto de uma educação para todos, que busca renovar a esperança e teima em inventar novas saídas para um mundo melhor.

Buscando, ainda, favorecer e desenvolver a formação humana e cidadã dos (as) estudantes valoriza-se o estudo dos chamados "temas transversais" que trazem reflexões e conhecimentos sobre valores fundamentais da humanidade.

Dentre os principais temas trabalhados destacam-se: a preservação do meio ambiente, a diversidade cultural, de gênero, etnia, combate às drogas e a violência, a questão da sexualidade e da atenção à saúde. Estes temas são trabalhados em sala de aula, ou coletivamente por toda escola, a partir de projetos pedagógicos que sempre levam em consideração as experiências vividas pelos (as) estudantes.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Os tempos e espaços escolares, como afirma Freitas (2014, p.1) são "contraditórios e tensos- como tensa e contraditória é a própria sociedade". Essas contradições, como bem pontua o autor, estão relacionadas às diferentes concepções de educação e também às diferentes finalidades atribuídas à educação.

A EMMAM oferece os anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos, 1º, 2º e 3º ciclos no turno diurno e o projeto "Floração" no horário noturno. No que diz respeito à discussão do tempo escolar, como tempos de permanência na escola, têm-se duas realidades diferentes: A primeira, historicamente construída, corresponde ao tempo diário de permanência de 4 horas e 30 minutos na escola, sendo necessário o cumprimento de 200 dias letivos e 800 horas de efetivo trabalho, conforme orienta a LDB nº 9394/96. A segunda, diz respeito ao Programa da Educação integral- PEI. A carga horária diária dos estudantes que participam do PEI é de 9h: sendo 4h e 30 min. para as aulas das disciplinas que compõem a base comum e diversificada dos Parâmetros Curriculares Nacionais e no contra turno as crianças participam de oficinas diversas por mais 4h e 30 minutos.

No que diz respeito ao tempo escolar em sua lógica pedagógica, sequencial e simbólica, a escola adota o sistema de ciclos, conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação. A EMMAM atende crianças, adolescentes e jovens segundo o seu ciclo de formação. A organização em ciclos possui vários pontos positivos. Como afirma Dalben (2000, p 21):

O ciclo incorpora a concepção de formação global do sujeito partindo do pressuposto da diversidade e dos ritmos diferenciados no

processo educativo. À escola caberia o papel de criar espaços de experiências variadas, de dar oportunidades para a construção da autonomia e da produção de conhecimentos sobre a realidade.

Na EMMAM, considera-se que os ciclos favorecem a prática pedagógica, pois consideram o aprendiz a partir da sua fase de desenvolvimento humano. Busca-se, assim, implantar uma prática pedagógica que reconheça as características pessoais e as vivências socioculturais de cada etapa do desenvolvimento humano dos educandos.

A organização em ciclos pretende corresponder ao que Freitas (2004, p. 7) aponta como fundamental:

pautar a questão da formação e não somente da instrução; introduzir o componente desenvolvimento na organização da escola; remeter à relação educação e vida, promovendo um estudo crítico da atualidade; promover a auto-organização do estudante e estimular sua participação autônoma em coletivos escolares e incorporar a progressão continuada, levando adiante a utopia de uma escola que ensine tudo a todos, dentro do próprio sistema capitalista.

Como já pontuado inicialmente, a questão tempo e espaços escolares são bastantes contraditórios e tensos no espaço escolar e não é diferente na EMMAM. Essa contradição e tensão são geradas principalmente pela forma como a sociedade se relaciona com os tempos e espaços da escola e viceversa.

Na EMMAM, alguns dos princípios das "Cidades Educadoras" ² é transposta para o Programa Escola Integrada e Escola Aberta. A escola e as ruas do entorno se transformaram em uma "grande sala de aula" ³. É possível ver alunos pintando muros e fazendo diversas intervenções artísticas no entorno da escola, cuidando de árvores, regando jardins, mexendo em canteiros da horta, praticando esportes, participando de roda de leituras, de conversas e de cantorias.

Com os discentes e docentes circulando por todos os espaços da escola, pretende-se transformar esse espaço em "Um lugar cheio de sentido, que desperte o gosto pelo saber e que permita as crianças vivenciarem sua infância juntamente com seus pares" (PINTO, 2014, p 14) de forma significativa.

³ Termo cunhado em propagandas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte nos anos 2012-2014

_

² AICE. Carta das Cidades Educadoras. 2004. Disponível em IPV.PT. ACESSO EM 23.09.2014.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Municipal Maria da Assunção de Marco procura seguir os princípios da gestão democrática e busca no cotidiano escolar incentivar a participação. Como bem aponta Carmo & Gonçalves (2014, p. 82), "a participação não é um resultado de processo automático e espontâneo, mas sim uma conquista diária e consequência do fortalecimento do sentido de responsabilidade dos indivíduos". Para esses autores a gestão democrática é tão essencial à vida escolar quanto à presença de professor e de alunos.

Corroborando com essa reflexão, Oliveira (2010, p. 13), afirma que "quanto maior a participação, maiores são as possibilidades de acerto nas decisões a serem tomadas e efetivadas na escola".

Percebe-se que na EMMAM, assim como em toda a rede municipal de ensino de Belo Horizonte, vigora um processo democrático de escolha de diretores. A cada três anos a comunidade escolar elege o diretor e vice-diretor a partir da apresentação de um plano de ação do candidato. Desta forma, após eleito, o diretor é chamado a ser um coordenador e motivador das ações aprovadas em seu plano respeitando todas as instâncias de participação.

É função da direção da escola incentivar a participação da comunidade escolar em todos os momentos de discussão e formação relacionados à escola: Fórum Família-Escola, reuniões do Programa Família Escola, reuniões com o Conselho Tutelar, Fórum da Criança e do Adolescente dentre outros.

Os processos de decisão, como pontua Carmo & Goncalves (2014, p. 38), "exercem o topo da pirâmide da interação, pois controla o grupo, coordena as decisões aproximando as normas concretas abstratas, desenvolvendo resultados e promovendo o equilíbrio com a sua liderança." Neste sentido, a EMMAM considera importante esse processo, sendo que as decisões da escola são tomadas a partir das instâncias de participação existentes: Colegiado, Assembleias Escolares, Conselho de Classe e Associação de Pais, Mestres e Colaboradores. A existência destas instâncias colegiadas procura realizar uma gestão escolar realmente democrática, já que têm caráter deliberativo.

Em uma gestão democrática, conforme Carmo & Goncalves (2014, p. 32),

todas as pessoas ligadas a escola podem fazer-se representar e decidir sobre os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos. Isto ocorre devido a integração da sociedade com a escola mediante a efetivação do Conselho Escolar com representações da comunidade.

De acordo com o Ministério de Educação, o Colegiado ou Conselho Escolar é o órgão máximo dentro da escola e tem função consultiva, deliberativa e fiscalizadora. "O conselho existe para dizer aos dirigentes o que a comunidade quer da escola e, no âmbito de sua competência, o que deve ser feito." (MEC, 2004, p.1).

Na EMMAM o Colegiado é constituído por vinte e dois membros entre titulares e suplentes. Esse órgão é composto por representantes de pais, professores, estudantes, funcionários, membros da comunidade local e o diretor da escola. A eleição para esse órgão é realizada a cada três anos, de acordo com o calendário de eleição para diretores e recomposto sempre que há disponibilidade de vaga. Esse órgão se reúne mensalmente e quando necessário há reuniões extraordinárias.

Outro importante órgão que há na escola é o Conselho de Classe. Esse, por sua vez, é reconhecido como um órgão colegiado, presente na organização da escola, por meio do qual se reúnem periodicamente os vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, para refletirem conjuntamente e avaliarem o desempenho pedagógico dos estudantes das diversas turmas e ciclos. A preocupação desse Conselho é dinamizar a gestão pedagógica. O Conselho de Classe caracteriza-se por permitir a participação direta dos profissionais; a organização interdisciplinar e ter a avaliação escolar como foco central de seu trabalho.

Na EMMAM o conselho de classe se reúne trimestralmente para avaliação coletiva dos discentes e esporadicamente para formação e discussão geral das questões relativas aos processos pedagógicos. O ideal perseguido pela EMMAM é que o conselho possa se reunir semanalmente.

A Associação de Pais e Mestres, de acordo com o PPP EMMAM (2011, p. 32) tem entre seus objetivos "fazer a integração da comunidade no contexto escolar, promovendo encontros de pais para refletirem sobre a política educacional vigente".

Percebe-se que não há uma Associação de Pais, Mestres e Colaboradores atuante na EMMAM embora haja menção de criação dessa associação no PPP EMMAM (2011, P.32)

A Associação de Pais, Mestres e Colaboradores da EMMAM possui registro em cartório e teve bastante atuação durante o período de luta pela construção da sede própria da escola. Atualmente, não está em exercício.

O colegiado, Conselho de classe e Associação de Pais, Mestres e Colaboradores são instituições que, como aponta Souza (2010, p. 4),

auxiliam de forma importante a ampliação da democracia nos processos de gestão e organização da escola. Todavia, isto tudo, (...) pode significar muito pouco, particularmente se o princípio democrático não estiver sustentando a organização dessas instituições, isto é, de pouco vale a criação de conselhos e conferências e eleições se não há disposição dos profissionais que atuam na escola ou no sistema de ensino, ou dos estudantes e seus familiares, ou mesmo da sociedade em geral, na edificação de espaços para o diálogo, nos quais todos, independentemente de condição social ou vínculo com a educação, possam participar, opinando e tendo suas opiniões ouvidas e respeitadas.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

O ambiente escolar, local onde acontecem as relações de trabalho deve, se constituir num espaço de humanização onde a ética, o respeito às diferenças, o diálogo, o compromisso e a participação efetiva garantam a integração de todas as pessoas em prol do sucesso do Projeto Político Pedagógico da escola. Nesse sentido, a participação é requisito essencial para democratizar as relações de trabalho e, como aponta Japecanga, (2014. p.6), é necessário a partilha do poder.

A escola é um espaço de muitos conflitos. Pode-se afirmar que a existência de conflitos é provocada, nas palavras de Japecanga (2014, p 6) "por interesses antagônicos entre a administração e subgrupos que entram em choque para ampliar seu espaço de poder".

A EMMAM busca promover e incentivar a participação efetiva de toda a comunidade escolar considerando que a parceria e a solidariedade são imprescindíveis para o bom andamento das relações no ambiente escolar. O

diretor não é centralizador e as decisões são tomadas por uma equipe de gestão composta pela direção, coordenação, docentes e colegiado.

Os conflitos nas relações aluno x aluno e aluno x professor são intermediados pela coordenação pedagógica e coordenação de turno. Dependendo da gravidade do conflito a direção é chamada a intervir. As relações são sempre pautadas na busca do diálogo entre todas as partes envolvidas no conflito.

A EMMAM busca dar ciência a toda a comunidade escolar de suas normas e regras por meio do regimento escolar, construído de maneira democrática e participativa ao longo dos anos 2010, 2011 e 2012. Nesse regimento são expressos os direitos e deveres de cada segmento.

A escola se preocupa com a melhoria do clima escolar por acreditar que as relações entre os diversos atores da escola precisam ser as mais amistosas possíveis. Para tanto, incentiva a prática da escuta cuidadosa de toda a comunidade escolar e a formação constante de seus docentes quer seja por meio da divulgação de cursos, quer seja pela inscrição de docentes em seminários e congressos que tratam do tema.

Todos os docentes possuem formação em cursos superiores. A maioria possui pós-graduação lato sensu. Os monitores de oficinas possuem ensino médio completo e muitos estão fazendo cursos superiores. É grande a participação de docentes e monitores em cursos oferecidos pela SMED. Na escola acontecem quinzenalmente as reuniões pedagógicas coletivas em horário de trabalho e as mensais extra horário de trabalho para formação, planejamento, avaliação e outras demandas. Essas reuniões se constituem em importantes momentos de formação continuada. Para Ribeiro apud Martins (2001, p 68),

a formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que somente ela possibilita a elevação funcional, baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, e fortalecendo a relação professor-escola.

As relações interpessoais são Marcadas também por festas e comemorações diversas. Percebe-se um grande cuidado com o outro nesta escola. Todas as datas importantes para a comunidade escolar são comemoradas de alguma forma.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação faz parte de todo processo educativo. Para avaliar é preciso conhecer e para conhecer é preciso estar implicado no processo. A todo o momento o sujeito avalia e é avaliado. A avaliação permite a retomada e o aprimoramento das ações. Avalia-se a convivência com o outro, avalia-se a aparência, avalia-se a administração dos problemas, dos sentimentos, da saúde, enfim, tudo é passível de avaliação. Toda avaliação busca uma meta e para alcançar essa meta é necessária uma mudança, um planejamento, um redirecionamento dos objetivos.

Para avaliar, como afirma Navarro at all (2004, p. 1), "é preciso estabelecer critérios, parâmetros, caso contrário não se saberá o que olhar, o que observar e nem o que perguntar".

7.1. Avaliação dos estudantes de 1º, 2º e 3º Ciclos

Na educação, a avaliação precisa ser um instrumento que acompanhe, sistematicamente, todos os trabalhos desenvolvidos na instituição escolar e, principalmente, no interior das salas de aula. Neste sentido, o processo de avaliação escolar deverá detectar as aprendizagens conquistadas pelos estudantes, suas principais dificuldades e ainda, auxiliar a repensar as práticas pedagógicas a fim de alcançar os objetivos propostos para cada etapa/ciclo de aprendizagem.

A avaliação escolar deve ser investigativa e processual, pois a mesma ocorre ao longo do processo de ensino e aprendizagem. É necessário que a avaliação escolar sirva para reconstruir o que estiver necessitando ser melhorado.

Os principais instrumentos de avaliação escolar utilizados na EMMAM são: 1) Observação do professor sobre cada estudante, a partir do interesse e da participação dos mesmos nas diversas atividades desenvolvidas em sala de aula; 2) trabalhos realizados em sala de aula ou como pesquisa a ser feita pelos estudantes em casa; 3) provas escritas; 4) auto-avaliação dos estudantes.

O uso dos instrumentos avaliativos elencados acima, juntamente com a análise dos mesmos pela equipe pedagógica, pelo professor e pela acompanhante da GERED, é a base do processo avaliativo na EMMAM. A leitura dos dados levantados pela avaliação aparece como importante fator que auxilia o trabalho pedagógico.

Desde 2010, a EMMAM conta com professoras para atuarem no Projeto de Intervenção Pedagógica – PIP. A prioridade inicial foi para os estudantes do 1º e 2ºciclos, especificamente na área de alfabetização, letramento e matemática e posteriormente para estudantes do 3º ciclo. A prioridade de atendimento no PIP são os estudantes que obtiveram conceitos "D' ou "E"(baixo rendimento escolar) no final do ano letivo, estudantes com baixo desempenho no Avalia BH⁴ e estudantes retidos por desempenho no ano anterior.

Os estudantes que apresentarem baixo rendimento ao final do trimestre são encaminhados para a recuperação trimestral. A recuperação trimestral ocorre após as avaliações realizadas em cada trimestre letivo. Além das avaliações internas, que acontecem no cotidiano escolar, os estudantes ainda realizam avaliações externas: Prova Brasil (estudantes do 5º anos), Provinha Brasil (estudantes do 2º ano), Avalia BH (estudantes do 3º ao 9º ano), SIMAVE/PROEB (estudantes dos 3º e 4º ano), Prova Diagnóstica e/ou Prova Amostral, e PROEB (estudantes do 5º e 9º ano). O objetivo das avaliações externas é obter um diagnóstico da escola e averiguar os índices de qualidade da educação obtidos por cada unidade escolar.

Os estudantes e seus familiares recebem trimestralmente o boletim escolar e anualmente o boletim do Avalia BH. Esses boletins retratam o desempenho escolar do estudante e podem ser um ponto de partida para as intervenções tanto da escola quanto das famílias no que diz respeito ao trabalho que deve ser feito com cada estudante.

A EMMAM busca analisar não somente o resultado das avaliações, mas como se deu todo o processo de ensino e aprendizagem, além das condições e características pessoais de cada estudante, o que certamente pode influenciar nos resultados obtidos. Dessa forma, como aponta Navarro et al (2004, p1):

Todo o processo educativo passa a ter a maior relevância, como meio para a efetivação da aprendizagem, e o produto desse processo – a

_

⁴ Avalia BH é a avaliação sistêmica da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

aprendizagem efetivamente alcançada - é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares.

7.2. Avaliação Institucional

7.2.1 Avaliação de Desempenho

A Avaliação de Desempenho é o instrumento de avaliação dos gestores, docentes e auxiliares da RME-BH, instituído pelo Plano de Carreira do Magistério desde 1996, tendo por base a LDBEN nº 9394/96 que preconiza em seu artigo 67, inciso IV, a progressão funcional.

O objetivo principal da Avaliação de Desempenho é averiguar quais os profissionais da educação são considerados eficientes no desempenho de suas funções, garantindo-lhes, a cada interstício de três anos, a progressão na carreira com 5% de aumento salarial.

Na EMMAM, a avaliação é feita em dois momentos: em agrupamento com os pares para que cada docente seja avaliado por dois colegas e em reunião com a direção para que essa avalie o docente e possa propor uma reflexão sobre os objetivos da avaliação e da prática do docente avaliado.

7.2.2. Avaliação da Gestão Escolar

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) defende um modelo de gestão educacional pautado na participação, controle e autonomia das redes de ensino e consequentemente das escolas. Porém, para que a escola possa desempenhar seu papel de forma autônoma é preciso criar estratégias para que o espaço escolar se torne efetivamente um espaço de construção de uma gestão democrática na busca da autonomia prevista em lei. Dessa forma, o trabalho da gestão precisa ser transparente, criando uma interação entre a comunidade e os processos de gestão da escola.

Para participar do processo de eleição dos gestores das Escolas de BH, os candidatos apresentam um plano de gestão para um triênio e após eleito, a cada ano é realizada uma avaliação do trabalho em assembleia escolar. A avaliação deve ser entendida como um processo de aperfeiçoamento,

redirecionamento dos processos e também como uma estratégia para a prestação de contas a toda a comunidade escolar.

É preciso entender que, considerando o processo de gestão democrática, ao avaliar a gestão, estão sendo avaliados todos os envolvidos nesse processo. Assim a avaliação considera ações da comunidade, através do colegiado, dos funcionários, dos professores, dos coordenadores, dos gestores eleitos e da Secretaria Municipal de Educação.

Na EMMAM, a participação da comunidade escolar no processo de avaliação da Gestão ainda é variável. Entretanto, a instituição incentiva a participação comunitária, envolvendo a comunidade e levando-a a refletir sobre a responsabilidade da mesma no processo de melhoria da qualidade da educação.

De acordo com Souza (1995, p.13), "uma avaliação tem como objetivo uma melhor compreensão da realidade da escola e, através dessa compreensão, devemos partir em busca das decisões a serem tomadas". Nesse sentido o resultado final é importante, mas a discussão das estratégias e ações a serem implementadas a partir do resultado da avaliação é ainda mais importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão da reelaboração do Projeto Político Pedagógico da EMMAM evidencia a certeza de que esse projeto contribuirá para a melhoria do atendimento educacional prestado aos estudantes e toda a comunidade escolar. Tendo por princípio básico a construção de uma escola democrática, inclusiva e aberta à participação de todos na definição de suas propostas políticas e pedagógicas, é fundamental a participação de toda a comunidade escolar nos processos de tomada de decisão da escola e este é um dos maiores desafios para a equipe de gestão da escola.

A escola avança na perspectiva de exercer sua autonomia prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Autonomia essa que representa, conforme Ribeiro Apud Neves (2002, P.99) um exercício de democratização de um espaço público.

Para alcançar os objetivos e metas educacionais propostos no PPP da EMMAM, faz-se necessário acreditar nos princípios e finalidades educacionais apontados no PPP. Definir ou redefinir sempre qual a estrutura escolar (administrativa e pedagógica) e qual organização dos tempos escolares que melhor atenderão as necessidades educacionais apresentadas pelos estudantes. Incentivar e valorizar a formação docente; incentivar e manter boas relações no ambiente de trabalho. Valorizar e estreitar as relações família e escola. Estreitar parcerias com os diversos órgãos sociais da administração pública e da comunidade local. Cumprir e fazer cumprir as normas e a legislação educacional vigentes. Avaliar sempre os resultados e metas obtidos pela escola a fim de replanejar, qualificar e adequar, cada vez mais, as ações e/ou projetos pedagógicos desenvolvidos.

O PPP da EMMAM propõe um modelo educacional engajado nas proposições curriculares da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte e na legislação educacional vigente. Defende que cabe a cada um dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem o papel de protagonista na construção de sua cidadania. Cada estudante deve reivindicar e lutar por seus direitos, priorizando a construção ou a reconstrução de sua auto-imagem enquanto pessoa capaz de aprender, conhecer e buscar conhecimentos, valores e atitudes que

possibilitem e ampliem sua inserção em seu meio sociocultural e também sua realização e satisfação pessoal no mundo em que vive.

O Projeto Político Pedagógico da EMMAM vê a escola como um todo, em sua perspectiva pedagógica e também administrativa. O PPP é, portanto, um instrumento de trabalho muito importante que deverá orientar todos os projetos pedagógicos a serem desenvolvidos pela escola e definirá a organização escolar que melhor possa atender aos objetivos e metas educacionais que a escola pretende alcançar. Pensando que o Projeto de uma escola deve ter um caráter de constante reflexão e discussão dos problemas presentes no cotidiano escolar, com o objetivo de atingir as metas da Instituição, ao final de cada ano letivo o PPP deverá ser reavaliado e o coletivo poderá e deverá realizar alterações.

REFERÊNCIAS

AICE. **Carta das Cidades Educadoras**. 2004. Disponível em www.ipv.pt/millenium38/11. Acesso em 23.09.2014.

ARROYO, Miguel G. Educandos e educadores: seus direitos e o currículo. In: Beauchamp at all org. **Indagações sobre currículo.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília: 2008.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** 2010. Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 17/07/2014.

ACESSO EIII 17/07/2014.
Brasil. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br. Acesso em 18.04.2007.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei N. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 15/07/2014.
Ministério da Educação e Cultura. Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública . Brasília: DF, 2004, p. 23.
Ministério da Educação e Cultura. Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília : MEC/SEB, 2004, p. 38-40.
ESCOLA DE GESTORES – MEC. Leda Scheibe & Márcia Ângela Aguiar Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão. Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 27 /07/2014.
BELO HORIZONTE. Escola Municipal Maria da Assunção de Marco. Finalidades da educação. Disponível em: http://emmam.webnode.com.br/finalidades. Acesso em 18 /07/2014.
Escola Municipal Maria da Assunção de Marco. Projeto Político Pedagógico. Belo Horizonte. 2011.
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Sistema de Gestão de Alunos. Disponível em: http:// Intranet.pbh.gov.br. Acesso em 15/07/2014.
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Programa Escola Integrada .

Disponível em: http:// Intranet.pbh.gov.br. Acesso em 15/07/2014.

____. Secretaria Municipal de Educação. Carta de Princípios da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. Belo Horizonte: 2001.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Proposições Curriculares da Rede Municipal de Belo Horizonte. Desafios da Formação - Proposições Curriculares do 1º, 2º E 3ºciclo. Belo Horizonte: 2009.

DALBEN, A.I.L.F. (Org.). Singular ou Plural? Eis a escola em questão! UFMG-GAME. Belo Horizonte. 2000.

FREITAS, Luiz Carlos de. Ciclo ou séries? O que muda quando altera a forma de organizar os tempos-espaços da escola? Reunião Anual da ANPED, Caxambu: MG de 21 a 24 de novembro de 2004. Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 14 /07/2014.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão.** Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 14 /07/2014.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. A democratização das relações de trabalho na Escola pública básica. Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 27 /07/2014.

LEANDRO, Claudineia & PLATT, Andreana Dulcina. **Eixos filosóficos do projeto político pedagógico**: a visão de educação e a visão de sociedade. Disponível em< http://:moodle3.mec.gov.br/UFMG>, acesso em 25 de maio de 2014.

NEVES, Carmem Moreira de C. **Autonomia da escola pública:** um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma Passos A. (Org) Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP; Papirus, 15ª Edição, 2002.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político- pedagógico (PPP) da escola.** 2010. Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 17/07/2014.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo; Cortez, 2001.

PINTO, Maria Raquel Barreto. **Tempo e espaço escolares:** o (des) confinamento da infância. Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 17/07/2014.

RIBEIRO, Ruy Coelho. **Projeto político-pedagógico:** princípios, dimensões e estrutura. Disponível em www.artigos.com. Acesso em 23/09/2014. SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 17 /07/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Avaliação Institucional: A Avaliação da Escola como Instituição.** Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 21/07/2014.

VEIGA, I. P.^a (org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 1995.